

# QUEIMADA: O ESTUDO DE CASO DA PLANTAR SA<sup>97</sup>

---

## INTRODUÇÃO

---

A Plantar SA é uma empresa de produção de ferro gusa e *plantation* cujo projeto de MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) no estado de Minas Gerais, Brasil, foi um dos primeiros a serem apoiados pelo Protótipo para o Fundo de Carbono do Banco Mundial (Prototype Carbon Fund – PCF), o que possibilitou a aquisição de mais de 1,5 milhões de RCES - Reduções Certificadas de Emissões – (cerca de US\$25 milhões, considerando que os créditos são vendidos a US\$15,00) em reduções de emissões até 2012.<sup>98</sup>

A Plantar e o Banco Mundial promoveram o projeto como uma operação modelo que iria plantar árvores, aumentar a segurança dos trabalhadores e fomentar projetos de educação ambiental para crianças. No entanto, como documentado em *Carbon Trading: a critical conversation on climate change, privatisation and power (Mercado de Carbono: uma análise crítica acerca de mudanças climáticas, privatização e poder)*, para viabilizar as atividades na área do projeto, a empresa ocupou ilegalmente a terra de diversos residentes locais, destruiu inúmeros empregos e fontes de subsistência, secou e poluiu fontes locais de suprimento de água, destruiu o solo e a biodiversidade do cerrado, colocou em risco a saúde da população local e explorou a mão de obra local sob espantosas condições de trabalho.<sup>99</sup> O projeto proposto de economia de carbono na realidade contribuiu para a perpetuação de um modelo de monocultura de *plantation* e produção de ferro gusa que danifica o meio ambiente e é responsável por todas estas outras conseqüências acima mencionadas e nada faz para melhorar o clima.

A proposta original do projeto, apresentada como um projeto de compensação florestal, foi rejeitada pelo Conselho Executivo do MDL. Inicialmente, a Plantar alegou que haveria uma “redução acelerada no modelo de *plantation* no estado de Minas Gerais”. Nela, a empresa apresentou seu modelo de *plantation* como sendo na realidade uma floresta, mas admitiu que uma vez que árvores fossem cortadas e queimadas para produção de ferro gusa, elas não seriam replantadas a não ser que o financiamento de carbono estivesse previsto. Quando lembrados que, de acordo com as regras do MDL, créditos de carbono não pode ser dado por ‘desmatamento evitado’ a empresa redigiu seus documentos novamente a fim de enfatizar outras justificativas. A segundo projeto apresentado alegava que a Plantar estaria prevenindo uma necessária troca de combustíveis na sua produção de ferro gusa de carvão vegetal (vindo do eucalipto) para um tipo de carvão mais intensivo em carbono ou, ainda, coque.

---

<sup>97</sup> Pesquisa conduzida por Marcelo Calazans do FASE, Brasil, e Tamra Gilbertson do CTW/TNI.

<sup>98</sup> Banco Mundial, “Brazil: Plantar Sequestration and Biomass Use” <http://wbcarbonfinance.org/Router.cfm?Page=PCF&FID=9707&ItemID=9707&ft=Projects&ProjID=9600> Isto foi parte de um esquema mais amplo para gerar créditos de carbono equivalentes a 13 milhões de toneladas de redução de emissão de carbono, muitas das quais seriam vendidas no mercado “voluntário” de carbono.

<sup>99</sup> Larry Lohmann, ‘Carbon Trading: a critical conversation on climate change, privatisation and power’ (*‘Comércio de Carbono: uma análise crítica acerca de mudanças climáticas, privatização e poder’*) (Development Dialogue, no 48). Dag Hammarskold Foundation. Uppsala, 2006.

Em outras palavras, a empresa argumentava que os créditos de carbono do seu projeto de 23.100 hectares seriam a única coisa que poderia assegurar seu suprimento de carvão vegetal, embora, apenas em Minas Gerais, haja 2 milhões de hectares de plantações de monocultura de eucalipto. A própria Plantar possui propriedades rurais no total de mais de 180.000 hectares, cuja maioria está localizada em Minas Gerais, e que são dedicadas principalmente à plantação de eucalipto para a produção de carvão vegetal. Além disso a empresa provê serviços de gerenciamento para mais de 590.000 hectares de áreas de *plantation*, para a própria Plantar e para outras empresas no Brasil.

A recorrente rejeição do projeto deveria ter levado ao seu descarte permanente, como foi pedido por cerca de 143 grupos locais e indivíduos em uma carta ao Conselho Executivo do MDL em junho de 2004: 'A alegação de que sem os créditos de carbono a Plantar... iria trocar sua fonte de energia para carvão é absurda... Até agora [a Plantar] está usando esta ameaça para reivindicar seus créditos de carbono para continuarem fazendo o que eles vêm fazendo há décadas – plantações não sustentáveis de monocultura de eucalipto para produção de carvão vegetal... É como madeireiros pedindo dinheiro senão eles cortarão árvores... Não deveria ser permitido que o MDL fosse usado pela indústria de *plantation* para ajudá-los a financiar suas práticas não sustentáveis'.

Mas este não foi o término deste impasse, e o projeto foi, ao contrário, embalado de outra forma e re-submetido à análise do MDL, desta vez incluindo um projeto para reduzir o metano no processo de queima de madeira, um projeto revisado de reflorestamento e um outro projeto ligado ao projeto de reflorestamento, que alegava introduzir um novo sistema de redução do uso do minério de ferro no processamento de ferro gusa.

Em 2007, a Plantar conseguiu ter acesso ao MDL pelo seu projeto de redução de metano, no qual era esperada a geração de 112.689 RCEs em um período de sete anos, de 2004 a 2011. O projeto consistia em nada mais complexo que regular a temperatura dos fornos e assegurar que estes estivessem adequadamente ventilados – um processo que é rotulado com um jargão técnico para fazer referência a um estudo feito por uma universidade local.<sup>100</sup>

Até o momento em que este estudo de caso foi escrito, o projeto de reflorestamento submetido novamente pela Plantar ainda estava sendo analisado pelo MDL em um estágio de validação. Agora, eles prometem *plantations* especificamente dedicadas à produção de carvão vegetal, ao qual eles se referem eufemicamente como biomassa renovável.<sup>101</sup> A empresa afirma que a reprovação inicial do projeto não foi uma consequência das falhas que este apresentava, mas sim ocorreu pois as regulamentações do MDL acerca do uso da terra, mudanças no uso da terra e

---

<sup>100</sup> <http://cdm.unfccc.int/Projects/DB/DNV-CUK1175235824.92/view>

<sup>101</sup> 'PDD: Reforestation as Renewable Source of Wood Supplies for Industrial Use in Brazil', ('PDD: Reflorestamento como Fonte Renovável de Suprimento de Madeira para Uso Industrial no Brasil') 4 de março de 2008, [http://www.netinform.net/KE/files/pdf/PDD\\_AR\\_Plantar.pdf](http://www.netinform.net/KE/files/pdf/PDD_AR_Plantar.pdf)

silvicultura não estavam finalizadas no momento em que o projeto foi submetido para análise. Assim, eles tentam fazer valer retroativamente a reivindicação dos créditos de carbono desde do ano 2000 – apesar de o fato das atividades descritas no projeto estarem em andamento há nove anos ser uma evidência *prima facie* de que não há nada de adicional no projeto.

A metodologia do segundo projeto “Uso do Carvão Vegetal proveniente de Biomassa Renovável no Processo de Redução de Minério de Ferro através do Estabelecimento de um Novo Sistema de Redução de Minério de Ferro” foi aceita pelo Painel Metodológico da ONU em meados de julho de 2009. A Plantar argumenta que uma nova metodologia de MDL deveria ser criada a fim de levar em consideração o que descrevem como um método inovador para reduzir as emissões de CO<sub>2</sub> de alto-fornos. Na realidade, o projeto é repleto de discrepâncias. Por exemplo, o Documento de Design do Projeto admite que fontes múltiplas seriam usadas para a produção do supostamente ‘sustentável’ carvão vegetal, mas nenhuma verificação ambiental foi realizada nas outras *plantations* não pertencentes à Plantar que seriam usadas no projeto.<sup>102</sup>

A Plantar previu que o projeto de reflorestamento reduziria 3 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> em um horizonte de 30 anos, o que poderia conseguir para a empresa uma receita de cerca de US\$45 milhões de seu comprador, *The Netherlands CDM Facility*, um esquema do governo holandês gerenciado pelo Banco Mundial. O projeto de redução de minério de ferro tem como objetivo gerar 2.133.551 RCEs (aproximadamente US\$30 milhões) em um período de sete anos.

---

### **PLANTAR ÁRVORES COM O ÚNICO OBJETIVO DE QUEIMAR ÁRVORES**

---

A Plantar promove suas operações de carvão vegetal como sendo ‘carbono neutro’.<sup>103</sup> No entanto, todo o seu conceito é equivocado, baseado na idéia de que colocar dióxido de carbono na atmosfera através da queima de combustíveis fósseis é um processo que pode ser rapidamente neutralizado, de forma segura, sem se dar conta dos amplos impactos sociais e ambientais das grandes plantações de monocultura.

A Plantar não planta espécies nativas em florestas sustentáveis. A empresa planta apenas uma espécie de árvore não-nativa em um modelo de *plantation* industrial com o único objetivo de queimar essas árvores depois, liberando CO<sub>2</sub> e outros poluentes.

As árvores são queimadas em pequenos fornos para produzir carvão vegetal que é então utilizado na operação de ferro gusa da empresa. Entretanto uma quantidade considerável de destruição foi necessária no início para limpar o caminho para esta

---

<sup>102</sup> O PPD diz: ‘Com os Projetos da Plantar, uma área adicional de aproximadamente o mesmo tamanho que a da proposta atividade A/R é plantada em resposta ao MDL, de maneira a assegurar o suprimento de carvão vegetal renovável para a produção de ferro integrada ao projeto’. <https://cdm.unfccc.int/UserManagement/FileStorage/FJZUI99VFCYK55BIM-0FQ9X51SOB6S3>,

<sup>103</sup> [http://www.plantar.com.br/portal/page?\\_page-id=73,91138&\\_dad=portal&\\_schema=PORTAL](http://www.plantar.com.br/portal/page?_page-id=73,91138&_dad=portal&_schema=PORTAL)

operação. Florestas e pastos foram destruídos para abrir espaço para a plantação em massa de eucalipto, liberando nesse processo o CO<sub>2</sub> armazenado no solo. A mineração de minério de ferro é um requisito para produzir os inputs necessários para a operação de ferro gusa, e na outra ponta do processo estão outros tantos poluentes subprodutos dos processos das fábricas de ferro. Se analisarmos de uma maneira ainda mais ampla, o projeto não contribui apenas com emissões vindas da queima das árvores, mas alimenta toda uma cadeia de produção que vai desde a extração do minério de ferro, sua fundição, transporte e assim por diante.

A Plantar alega que suas plantações industriais de eucalipto absorvem carbono, no entanto, as árvores possuem um ciclo de vida de sete anos e não há evidência alguma que sugira que em tão curto espaço de tempo, e em um ciclo de vida tão acelerado, se contribua para a neutralização do carbono. Na realidade, pesquisas mostram que *plantations* sequer conseguem começar a balancear o CO<sub>2</sub> perdido na destruição da vegetação original e perturbação do solo antes de dez anos de crescimento das árvores.<sup>104</sup> Isto nos faz concluir que *plantations* liberam mais CO<sub>2</sub> do que elas jamais poderiam ser capazes de absorver. Outra pesquisa mostra ainda que apenas florestas originais e intactas podem seqüestrar CO<sub>2</sub> enquanto que 'florestas' plantadas têm que crescer e permanecer em pé por décadas para obter o mesmo efeito.<sup>105</sup>

---

## **DISTRIBUINDO REPRESSÃO COMO SEMPRE**

---

As afirmações que a Plantar faz sobre seus programas sociais são igualmente equivocadas, e são nada mais que uma tentativa de mascarar o papel destrutivo de *plantations* industriais de larga escala, e já causaram significativas revoltas e conflitos acerca da distribuição de terra.

O premiado filme *The Carbon Connection* documentou como uma comunidade local foi explorada pela Plantar nos 12.540 hectares necessários para seu projeto do Protótipo para o Fundo de Carbono do Banco Mundial.<sup>106</sup> Durante as filmagens, membros da comunidade local se uniram para denunciar a empresa e os impactos que as *plantations* estavam tendo em suas vidas. Quatro anos depois, todos os participantes ou tiveram suas vidas ameaçadas ou viram a Plantar oferecer vagas de emprego a seus familiares para mantê-los em silêncio. Hoje em dia, eles estão sob tanta pressão que qualquer tipo de comunicação é perigosa.

Algumas comunidades se organizaram contra as terríveis práticas da Plantar, mas foram silenciadas por um consistente padrão de manipulações e intimidações praticadas pela empresa. Geralmente eles começam oferecendo um emprego a um membro da família a fim de criar não apenas uma tensão, mas um divisão na família. Se isso não funciona, eles tomam medidas mais drásticas, o que inclui telefonemas

---

<sup>104</sup> Pesquisa de 2002 feita pela CarboEurope <http://www.carboeurope.org/>

<sup>105</sup> Fred Pearce, 'Tree farms won't halt climate change', (*Árvores de fazenda não vão parar as mudanças climáticas*). New Scientist, 28 October 2002.

<sup>106</sup> The Carbon Connection Documentary, disponível em [www.carbonradewatch.org](http://www.carbonradewatch.org), 2007.

contendo ameaças de que ‘acidentes’ podem acontecer, ameaças mais diretas a vida da pessoa ou até ameaças de morte a membros das famílias.<sup>108</sup>

---

## A LIGAÇÃO COM A ARACRUZ

---

Descobertas recentes sugerem que o pior ainda pode ainda estar por vir. A Plantar SA acaba de acordar um projeto conjunto com Erling Lorentzen, fundador da gigante Aracruz Celulose, com o objetivo de aumentar os investimentos na indústria de produção de ferro gusa com o apoio de créditos de carbono.

A Aracruz Celulose é uma empresa listada na Bolsa do Clima de Chicago (CCX) como uma empresa de produtos florestais que vende créditos de carbono de projetos de compensação voluntária. A Aracruz entrou na Bolsa do Clima de Chicago (CCX) em 2005 e começou a vender créditos de carbono de um projeto de compensação voluntária que considerava reduções de suas emissões em 1% em 2003, 2% em 2004, 3% em 2005 e 4% em 2005, em comparação com uma linha de base estabelecida pela empresa. A própria Aracruz estimou que estas compensações gerariam receitas de até US\$2.5 milhões.<sup>109</sup>

Sob a direção de Lorentzen, a Aracruz se transformou em uma das empresas de papel e celulose mais controversas do mundo. Suas plantações – muitas das quais estão localizadas em terras que pertencem a comunidades indígenas, como os Tupiniquim e os Guarani, ou a comunidades Quilombolas – levaram ao despejo de milhares de famílias, assim como restringiram o acesso dessas comunidades à água, comida e terra. A empresa tem sido responsável pela destruição de milhares de hectares de Mata Atlântica, enquanto que em decorrência de suas atividades têm sido documentadas mudanças em cursos de rios até a completa seca de nascentes.<sup>110</sup>

Em 2008, a Aracruz Celulose foi alvo de um grande escândalo envolvendo a não divulgação de contratos referentes a derivativos cambiais, gerando uma impressionante queda no valor da empresa e a abertura de um processo judicial por parte dos acionistas sob a alegação de violação das leis federais que protegem títulos nos EUA. Em decorrência dessas perdas, a família Lorentzen vendeu 28% da sua participação na empresa para a Votorantim Celulose, em um acordo de US\$1 bilhão financiado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES).

Com este aparente *bailout* do governo brasileiro na Aracruz (devido a grande injeção de dinheiro para viabilizar a liquidez da empresa), Lorentzen está deixando a indústria de papel e celulose e entrando no negócio de gados. As famílias Plantar e Lorentzen fecharam um acordo para o desenvolvimento de mais projetos em Minas Gerais. Lorentzen afirmou em uma entusiasmada declaração sobre seu início no

---

<sup>108</sup> Entrevistas pessoais com residentes locais conduzidas por Tamra Gilbertson, Minas Gerais, 2006.

<sup>109</sup> Estimativas baseadas no Relatório Anual da Aracruz Celulose 2007 considerando um preço de venda de US\$15 por tCO<sub>2</sub>e.

<sup>110</sup> Para mais informações sobre a Aracruz Celulose, acesse [http://www.wrm.org.uy/bulletin/\\_à\\_/Brasil.html](http://www.wrm.org.uy/bulletin/_à_/Brasil.html) e [http://www.foei.org/en/publications/pdfs/brie\\_ng-paper-for-the-peoples-tribunal-on-human](http://www.foei.org/en/publications/pdfs/brie_ng-paper-for-the-peoples-tribunal-on-human)

negócio de carvão vegetal 'verde': 'Eu comprei terras em Minas Gerais com o propósito de produzir carvão vegetal para a indústria de ferro gusa. As terras estão localizadas no Oeste de Minas, perto de Diamantina'.<sup>111</sup>

---

## **CLIMA, FOGO E RESISTÊNCIA**

---

Existe uma réstia de esperança no norte do Espírito Santo, onde comunidades Quilombolas colocaram fogo em grandes plantações de eucalipto em um ato de resistência e em uma desesperada tentativa de reivindicar as terras tomadas pela Aracruz Celulose e pela Plantar SA. Na região, a Plantar é a responsável pelas operações de campo incluindo o plantio, fertilização e manutenção das plantações, enquanto que a Aracruz gerencia as operações de corte das árvores e reivindicação de terras por outras partes.

Uma nuvem de fumaça cobriu uma área de plantação de eucaliptos no extremo norte do Espírito Santo dentre os dias 11 a 13 de março de 2009. Entre as indústrias de *plantation*, os Quilombolas de Sapê do Norte são vistos como criminosos, responsáveis pelo desequilíbrio da floresta e do clima. No entanto, a história teve início muito antes disso.

Os Sapê do Norte são um grupo de Quilombolas, comunidades da floresta descendentes de escravos que se revoltaram contra o sistema escravagista dos Portugueses, que vivem na região de São Mateus e Conceição da Barra. Hoje há 39 comunidades rurais, das quais 25 possuem certificados de posse da suas terras devido ao Programa Territórios da Cidadania 2008 e à Fundação Cultural Palmares. O modelo de desenvolvimento regional, que teve início na década de 70 como parte das políticas da ditadura da época, baseia-se em latifúndios, monocultura de eucaliptos de rápido crescimento, o que tem causado sérios problemas ambientais, culturais, econômicos e sociais. As mudanças foram bruscas, começando com a destruição da Mata Atlântica, seguida do desaparecimento de rios e riachos, a expulsão das famílias locais, a destruição de suas casas e terras e a conseqüente migração maciça para as periferias urbanas.

Na década de 70, havia 12.000 comunidades rurais Quilombolas vivendo na região. Hoje, a Comissão Quilombola do Sapê do Norte calcula que há apenas 1.200 famílias ainda vivendo na região (cerca de 6.000 pessoas). Na região de São Mateus, há mais de 50.000 hectares de eucaliptos plantados e, em Conceição da Barra, mais de 70% do território municipal está coberto por plantações de cana e eucalipto.<sup>112</sup> Comunidades locais afirmam que 10 antigos riachos, lagos e rios não existem mais e que a fauna e a flora que garantiram a segurança alimentar das pessoas da região por mais de dois séculos desapareceram. De acordo com o Relatório de Violação dos Direitos Ambientais, Culturais, Sociais e Econômicos, os direitos à terra, à água, ao

---

111 Vera Saavedra Durão, 'Lorentzen mantém empreendedorismo que criou a Aracruz', Valor, 16 de Março de 2009

112 'Relatório de Violações de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais, Ambientais', relatório do FASE/ Rede Deserto Verde, 2003.

trabalho e à comida são os principais direitos violados na expansão da monocultura de eucalipto.<sup>113</sup>

Em 2006, o Departamento de Desenvolvimento Social produziu uma pesquisa nutricional com quilombolas de todo o Brasil. A falta de comida e segurança alimentar foram relatadas como sendo tão graves que a proporção de crianças Quilombolas mal nutridas entre 0 e 5 anos era 76,1 por cento mais alta que a média da população brasileira como um todo e 44,6 por cento mais alta que a de populações rurais no geral.<sup>114</sup> Essas estatísticas são consistentes com a realidade das comunidades Quilombolas do Espírito Santo. Outro indicador que demonstra a vulnerabilidade social dos Quilombolas é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH para as 39 comunidades Quilombolas da região de Sapê do Norte mostra que elas estão em desvantagens se comparadas com o restante do estado do Espírito Santo nos quesitos educação, expectativa de vida e fertilidade.<sup>115</sup>

Enquanto isso, as lideranças Quilombolas estão sendo criminalizadas, como mostra o aumento nos registros de queixas contra eles e contra associações Quilombolas. Cerca de 82 Quilombolas foram processados desde 2003, principalmente nos arredores de Conceição da Barra, por acessar a área de eucaliptos e a pequena floresta nativa que ainda resta na região. As comunidades têm o direito de pedir acesso a suas terras e água, que são em muitos casos essenciais para as tradições culturais, conforme descrito na Convenção 169 da OMT e na Constituição Brasileira.<sup>116</sup>

---

## **UMA FLORESTA TROPICAL SEMI-ÁRIDA**

---

Em 2008, mais de sete meses se passaram sem que chovesse. Os habitantes locais culpam a monocultura de eucalipto, a qual afirmam ter modificado radicalmente o clima local. A Plantar gerencia as plantações na região e faz o ‘trabalho sujo’ pela Aracruz Celulose, aplicando pesticidas, fungicidas e inseticidas, gerenciando assim todo o processo de manutenção do solo e da plantação. Devido ao prolongado período de secas agravado pela crise financeira, ao final de 2008, a Plantar suspendeu o replantio, e demitiu mais de 500 trabalhadores subcontratados. A crise climática afeta profundamente a agricultura de subsistência praticada pelos Quilombolas, mas gera também um efeito nos empregos locais e na produtividade dos negócios.

Auxiliadas pela segurança particular da Aracruz Celulose, as corporações tentaram eliminar a coleta de fachos (galhos e partes das árvores deixados no chão após o processo de poda industrial) pela comunidade. O facho é queimado pelos Quilombolas para fazer carvão vegetal, que é uma fonte alternativa de renda e cria

---

<sup>113</sup> Relatório DESCA/2003.

<sup>114</sup> ‘Diagnóstico da Segurança Alimentar Quilombola do Sapê do Norte/ES’, relatório do FASE/Comissão Quilombola/Fórum Nacional de Segurança alimentar e nutricional, 2008.

<sup>115</sup> ‘Saúde das populações quilombolas no ES: Vulnerabilidade e direitos humanos’, Psicologia Social, ABRAPSO, 2008.

<sup>116</sup> Artigo e decretos 4886, 4887 de 2003, A Convenção Especifica dosbre Educação 169 da OMT e Constituição Brasileira.

uma economia informal que possibilita a sobrevivência de aproximadamente 1.000 Quilombolas em Sapê do Norte. Esse ato brutal de repressão levou os Quilombolas a partir para ações mais drásticas. Sem floresta, trabalho, terra, água ou carvão vegetal, as comunidades começaram a atear fogo nos eucaliptos que os cercam. Mais de 100.000 hectares de eucaliptos na região foram consumidos pelo fogo. Brigadas policiais particulares foram enviadas para reprimir a resistência. Ironicamente, a empresa tem altíssimos investimentos em forças policiais particulares, e provavelmente deve ter ganhado dinheiro com este evento. Como a região está aquecendo e se tornando semi-árida, a Aracruz também começou a investir em árvores de eucalipto geneticamente modificadas que são mais resistentes ao fogo e que se adaptam melhor a longos períodos de seca.

Os Quilombolas de Sapê do Norte são gravemente afetados pela desertificação no extremo norte do Espírito Santo e lutam por seu território reconvertendo áreas de monocultura em áreas de mata nativa diversificada e zonas agro-ecológicas, como um importante instrumento de resistência produtiva. A agro-ecologia, por exemplo, mobiliza as mulheres, jovens e idosos em atividades produtivas raramente valorizadas e nem sequer são mencionadas nas COPs da ONU, e tampouco em grandes fóruns e eventos oficiais que regulamentam a questão do clima. Enquanto as comunidades Quilombolas criam justiça climática com suas próprias mãos, instrumentos oficiais da política climática dão créditos de carbono a empresas como a Plantar e a Aracruz Celulose, cujas atividades agravam as mudanças climáticas, reduzem recursos hídricos, contaminam rios, demitem trabalhadores, aumentam a poluição do ar e ameaçam as comunidades locais. A Plantar SA continua a devastar o meio ambiente e a comunidade da região enquanto se esconde atrás do apoio moral do Banco Mundial e da CQNUM (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima).

---

## **CONCLUSÃO**

---

Projetos de compensação de carbono tendem a seguir pacotes pré-desenhados que não levam em consideração as reais complexidades intrínsecas às comunidades locais e a seus meios de subsistência. Estes projetos utilizam quantidades enormes de recursos como terra, água e tempo e energia dos residentes locais.

Todas as comunidades mencionadas no caso acima sofreram tentativas de suborno, ameaças e até mesmo tiveram pessoas presas, como frequentemente acontece no decorrer de projetos de infra-estrutura implementados em nome do 'desenvolvimento'. No entanto, em muitos dos casos, uma campanha forte e bem orquestrada das comunidades locais foi capaz de criar resistência para os avanços da empresa na região – com o auxílio e solidariedade de outras organizações.

As histórias contadas por consultores podem ser convincentes para pessoas externas, mas não são narrativas convincentes para a maioria dos residentes locais. O MDL olha apenas para uma pequena parte da engrenagem e perde todo o restante. Ao perpetuar um sistema que promove uma estrutura que ignora as necessidades locais, o MDL obstrui mudanças sociais vitais para o futuro do planeta.

A herança de tais projetos de desenvolvimento é colocar comunidades locais umas contra as outras encorajar divisões dentro delas mesmas. Quando encontram resistência dos locais, a resposta mais comum das empresas e desenvolvedores tem sido apelar para táticas de assédio, incluindo ameaças, mentiras e suborno. Por exemplo, o que foi considerado uma violação dos direitos humanos em Nam Song foi ignorado em Pichit, a apenas 50 km de distância.

A experiência das comunidades destacada nestes casos nos mostra, entretanto, que a resistência das comunidades locais pode ser efetiva quando há uma base forte de união. Um processo decisório aberto e participativo, e o envolvimento central de mulheres nas campanhas, foram fatores contributivos importantes.